

# Real Gazeta do Alto Minho

Edição do Centro de Estudos Adriano Xavier Cordeiro | n.º 9

Setembro de 2016

“Hoje praticamente todas as monarquias são democráticas, enquanto que uma grande parte da repúblicas não o são...”

Entrevista da Real Gazeta do Alto Minho  
a S. A. R. o Senhor Dom Duarte Pio | p. 7

## Nesta edição

- O perfil do Rei | p 2
- Ainda a propósito da Ética Republicana | p 11
- Monarquia? | p 14
- O Chefe da Casa Real e o Protocolo do Estado | p 24

# O Perfil do Rei

*'No semblante iluminado do Rei está a vida, e a sua benevolência é como a nuvem da chuva serôdia'*

– Provérbios 16:15

El-Rei Dom Pedro V chamava-lhe o *'duro ofício de reinar'*, pois, de facto, reinar não é um privilégio, mas um ofício... e dos duros! Por isso, antes de ser Rei, o Monarca é herdeiro presuntivo e burilado para adquirir todas as competências e conhecimentos sejam políticos, técnicos, científicos e culturais para que esteja devidamente apetrechado para desempenhar com a máxima aptidão o seu Ofício de Reinar e, também, para a completa abnegação pessoal às funções de Chefe de Estado e devoção exclusiva ao bem do País.

O génio da força é estar em relação com as outras forças, mas evitando os contra-sensos, interpretando vontades e sendo reconhecido como o mais «poderoso» para poder gerar consenso – claro que não para dominar, mas melhorar. Todas as forças políticas se afirmam na sua diferença, pelo que o Chefe de Estado não pode ser tendencialmente igual a uma dessas forças. Tem que haver uma figura completamente imparcial, isenta, papel que só pode ser desempenhado por um Rei, que tenha uma perspectiva geral, abstracta, livre, perdendo de vista o próprio interesse; que tenha uma visão da razão, com certeza imediata do que é o melhor para o Estado e não para uma das forças em conflito aberto.

O Rei tem a aptidão constante de possuir os conhecimentos indispensáveis para solucionar os problemas e para, pela mediação, convidar os demais a juntarem-se-lhe para a reflexão necessária, levá-los a reconsiderar os seus motivos e guiá-los à obtenção de um consenso que gere essas mesmas soluções para os problemas imediatos – que não raras vezes dependem totalmente de entendimento para serem dirimidos. E depois, só uma voz neutral e poderosa tem segurança e peso suficiente para se fazer ouvir, advertir e, em consequência, alcançar, dessa discussão entre contrários, o fim desejado: o bem comum.

Essa liberdade é *plus* do Rei!

Depois, é através dos actos que se conhece o sujeito, não das suas intenções. De facto, é necessário ter atenção na mensagem que transparece para o exterior.

El-Rei Dom Pedro V de Portugal, personificação da virtude de dedicação ao bem da coisa comum escreveu sobre o papel dos Reis: *'devemos também lembrar-nos que existe para eles uma lei moral muito mais severa do que para os outros, porque quanto mais elevada é a posição tanto maior é a influência do exemplo.'*

Hoje, um dos principais obstáculos à subsistência de uma verdadeira ética na *res publica* é a inexistência de um exemplo!

Ora, não há, numa república, uma instituição que possa servir de modelo; não existe actualmente um compasso moral e ético que sirva como consciência da Nação. O Rei é amado pelo Povo, mas temido e odiado pela gente do seu tempo, como o são aqueles cujo exemplo acorda remorsos e cuja palavra obriga a corar.

Nada mais verdadeiro: o Rei como uma bússola orienta o caminho e como um cinzel grava a virtude! São os próprios Reis, que conduziram a Monarquia aos princípios da transparência, e, os tempos difíceis que se vivem um pouco por todo o lado têm feito com que as Casas Reais da Europa, sempre escrutinadas no exercício da Sua função real pelo olhar da opinião pública, adoptem uma postura de contenção económica. Como sustentou André Rebouças, o célebre abolicionista afro-Brasileiro: *'É mais fácil democratizar um rei ou uma rainha do que um parlamento aristocrático, oligárquico e plutocrático.'*

E assim, esta qualidade de isenção quase se torna uma virtude de Estado.

Por isso, não obstante a previsão dos poderes reais numa Constituição, os poderes do Monarca Constitucional estendem-se para lá desses limites, não de forma negativa, mas, antes pelo contrário, para aconselhar os políticos tendo em vista como melhor servir a Nação.

Numa Nação não há mais gentil-homem que um Rei; por isso o Monarca assume-se como um funcionário da Nação e do Povo acautelando por cumprir qualquer das obrigações inerentes ao seu cargo, que encara como serviço. O Rei tem de reinar rectamente! Mas o mesmo pode não acontecer com aqueles que procuram lugar e que certamente, numa hipotética restauração da Monarquia, verão nisso, oportunidade! O Rei de Portugal estava sentado num trono não físico, mas num Princípio – de oito séculos! Por isso é necessário cuidado com os vassallos que como aconteceu no fim da Monarquia Constitucional e mais ainda pelos revolucionários do 5 de Outubro de 1910, o que queriam, era, eles estarem sentados no trono! É que ser Rei, *'dóil'*, pela inveja dos pobres de espírito!

Com um Rei, de representação natural, intuitiva, que não age de modo absoluto, pois é um Monarca constitucional, passa-se depois à representação da representação, isto é, efectiva; o mesmo será dizer que, depois da imaterialidade, este adquire uma verdadeira lógica. Existe uma instantaneidade, uma ligação directa entre o Rei e o Nacional, pois o Rei é uma Entidade que



---

## O meu posto de honra é ao lado da Nação. Hei-de cumprir os meus deveres, que o amor das instituições e a lealdade à Pátria me impõem.

---

encerra o peso simbólico da representação histórica, e essa legitimação cultural é muito importante, porque o Monarca guarda Nele a tradição dos antepassados e dos costumes da Nação. Da intuição que se tem dos caracteres próprios da magistratura real derivada do direito natural - pois entre o Rei e o Povo existe uma relação quase familiar, assente nos princípios naturais – deriva depois, dessa quase abstracção, um conceito autêntico e determinável, adquirindo universalidade e determinação em si mesmo, que se apresenta como o mais capaz não só para representar Povo e Nação, mas para resolver os problemas do Estado secular.

Assim, o Povo está e confia no Rei, revê-se Nele e orgulhosamente imita o Seu exemplo. O Rei é o exemplo e a referência!

### FACTOS RONPEN LEYS

*Ser Rei, é ser Pai duma Nação!*

*- Ter o Poder de Deus; que dá ao Rei,*

*alçada de Juiz, foral e acção,*

*para quando falar o Coração,*

*Ele possa guiar a Cega Lei...*

*Um rei que ponha bem certas,*

*as contas que andem tortas;*

*e que sempre tenha abertas,*

*bolsa, orelhas e portas...*

*A bolsa, para dar a quem não tenha;*

*orelhas, para ouvir risos e pranto;*

*as portas, para entrar, filho que venha*

*acolher-se às dobras do Seu Manto!*

*Pai da Pobreza.*

*Mão de Justiça.*

*Nos olhos – largueza...*

*Eis a Realeza,*

*que a Pátria cobiça!*

In “Velhos Forais de Aragão”

*'O meu posto de honra é ao lado da Nação. Hei-de cumprir os meus deveres, que o amor das instituições e a lealdade à Pátria me impõem.'*, jurou El-Rei Dom Luís I de Portugal.

O Rei dedicar-se-á exclusivamente à Sua Nação, não procurará sofregamente aumentar a dose de pão diário sem olhar a meios. O Rei especializa-se na defesa do bem da coisa comum e dos interesses da Nação. Lembremos o ‘Princípio’ de Tomás de Kempis segundo o qual os maus hábitos podem ser eficazmente combatidos por outros que lhes sejam contrários.

O Rei como um livro aberto - em qualquer parte aberta do livro –, sem nunca ser toldado pela sombra da dúvida, orientará todos pela virtude e pela força do Seu exemplo. Não pensará unicamente em si e no presente, pois o Seu trabalho aproveitará às gerações futuras. A Coroa visará a consecução do interesse público e não do interesse individual. Assim, o Rei será o dinamismo da sociedade. O Rei procurará a defesa do bem da coisa comum e dos interesses da Nação, pois encara o posto de Reinado como um ofício e com sentido de missão. Ora relembremos o Princípio de Tomás de Kempis segundo o qual um costume mau é vencido por um costume bom. Assim, com um Rei dedicado à defesa do bem comum no seu posto de honra, zeloso em cumprir os Seus deveres por lealdade à Pátria, isso reflectir-se-á, inevitavelmente, nos demais agentes do Estado que não raras vezes estão muito afastados dos princípios da transparência que se exigem na gestão da coisa pública (*res publica*).

A autoridade dá as piores provas da sua força quando força a obediência pelo medo e alcança a submissão pelo terror. É provado que o afecto granjeia muito melhores resultados que o receio. Dessa relação especial, surge outro factor: o Rei é um canal privilegiado do Povo. E por exemplo como em Portugal os governantes sempre gozam de uma indemnidade, isenção de responsabilidade, mesmo quando violam a Constituição, o Rei seria muitas vezes a única defesa do Povo e o único fiscalizador isento contra decretos ditatoriais.

O Rei será um funcionário da Nação e, por isso, o povo pode livremente destroná-lo, se ele não cumprir qualquer das obrigações inerentes ao seu cargo – de acordo com o princípio medieval. O Rei tem de governar rectamente. *Rex eris, si recte facias, si non facias, non eris* e por isso mesmo poderá ser deposto. E o Rei injusto seria um castigo que Deus envia ao Povo, mas o povo não é obrigado a sofrê-lo.

Também, a afabilidade que os Reis sempre demonstram com



o Seu Povo não é um excesso de (falsa) cortesia nem compromete a Sua potestade, muito pelo contrário aproxima uns e outros e permite nesse acto de aproximação o dom precioso da concórdia, da harmonia dentro do Estado, algo que só alguém que interpreta a vontade nacional e representa todos os cidadãos, obtém.

Relativamente a um outro aspecto importante, se se pretende que o Chefe de Estado represente o País e, conseqüentemente, as suas gentes, o Primeiro Cidadão deve ter uma postura que corresponda à dignidade do cargo e às suas funções representativas. Ora aqui é determinante a educação recebida pelo Chefe de Estado, que deve ser desde tenra idade preparado para esse cargo representativo. Esse papel que tem de ser exercido com urbanidade, graça, distinção, só pode ser correctamente desempenhado por um Rei, pois o Príncipe herdeiro é instruído, ensinado, lapidado para melhor representar a Nação. A educação do Príncipe Real é orientada da forma que se entende ser a mais adequada ao melhor desempenho do seu futuro Ofício de Rei, de forma a Reinara da forma mais útil e favorável para o País, tendo uma superior consciência dos problemas nacionais, mas também para representar de forma mais apropriada os costumes da Nação, a civilidade do seu Povo e a ter a polidez necessária que evite embaraços diplomáticos e gaffes protocolares. Por muito que existam pessoas competentes nas instituições de Protocolo de Estado, nas repúblicas, nem mesmo um árbitro das elegâncias e mestre-decerimónias como Petronius Arbiter poderia moldar em tão curto espaço de tempo um qualquer mais alto representante de uma qualquer república, que não foi educado durante toda a sua vida para exercer tais funções como foi um Rei. Por isso nunca um qualquer presidente de uma qualquer república pode ter o mesmo grau de urbanidade, polimento, delicadeza e savoir-faire que um Rei - para quem tudo isso é inato, porque para isso foi preparado toda a Sua vida.

'Toda a seqüência dos homens durante o decurso de tantos séculos deve ser considerada como um só homem que subsiste e apreende continuamente', defendeu Pascal. Essa Continuidade é um dos argumentos que mais qualifica a Monarquia, pois evita as tempestades que podem surgir com uma mudança que ponha tudo em causa e gere instabilidade política e social. A Monarquia evita a cisão! Na Monarquia não há uma nova ordem que institui uma oposição à ordem anterior, mas uma diferença que qualifica, sem ser radical, mas, também, sem ser igual; existe uma remodelação histórica, um novo sentimento que impulsiona a Nação: não corta com o passado, mas também, não se distancia da vanguarda. É mesmo assim, o novo Rei arraiga-se ao que é estável e fixo proporcionando equilíbrio, mas tenta compreender as metamorfoses da sociedade e o continuo fluxo do desenvolvimento. Não fica

atolado, não salina para seu conforto e segurança - ficando estático -; antes evolui, manobrando racionalmente a mudança para proveito do Povo e do Estado. O Rei responde ao apelo dos novos tempos, escuta o bom senso, vislumbra os acontecimentos e faz a transição, a passagem do tempo do velho Rei para o tempo do novo Rei. O Rei morreu! Viv'ó Rei! Ao novo Rei obriga-o o dever do trono e destino dos Reis: reinar sobre a morte de quem lhe deu vida! No novíssimo Rei estão personificados todos os imediatos, pois um rei não é apenas um homem, mas um ideal! É a Continuidade... apanágio exclusivo da realeza que, como lembrou o 2. Conde de Alvellos: '*... visa de longe a meta, pois se não for o Pai a ultimar a realização, seu Filho, automaticamente alçado Rei, educado das mesmas ideias de seu Pai, tudo seguirá como se a mesma vida fosse!*'

Servir... Sempre Servir é Ofício e Destino dos Reis – *Para o Bem Maior de Portugal!*

Sem deslocamento de óptica, o novo Rei, é fruto de um longo trabalho de preparação técnica e cultural para assimilar e interiorizar a Sua Nação que encarnará e representará como mais ninguém poderia. O novo Rei não enterra o passado, mas antes lança mão dos bons exemplos dos seus antepassados, adapta-os e ajusta-os à nova realidade. Apesar de acompanhar sempre os tempos, procura manter um percurso lógico sem desprezar a experiência e a lição dos antecessores. A Monarquia é o melhor modelo adaptado a cada época. A sucessão hereditária não é um obstáculo à Democracia, pois o princípio hereditário não prevalece sobre o democrático.

Como assinalou o historiador francês Jacques Bainville:

'A Monarquia é o mais maleável dos regimes, o mais pronto a se renovar, aquele que tem menos medo das ideias e o que menos se



S.M.F. El-Rei Dom Manuel II de Portugal



encerra na rotina.’

Por isso sinos a repicar alegremente, foguetes a estalar nos céus, mantas coloridas nas janelas, faixas e bandeiras nas árvores, tudo sinais com que as povoações com multidões compactas, entusiasticamente, por brios ter, acolhem sempre o novo Rei.

‘Que no nosso coração de patriotas se avive, mais que nunca, a fé pelo futuro de Portugal! Nesse alevantado sentimento se estreita o Rei e o Povo português.’, defendeu S.M.F. El-Rei Dom Manuel II de Portugal, 1908. Ele que tinha por avoengos os Imperadores romanos da Dinastia Comnenus e Paleólogo, os Reis Capetos de França, a estirpe real dos Orleães, os Saxe-Coburgo e Gotha, os Imperadores da Hispânia, o Rei Fundador Afonso Henriques; Ele que privava com os maiores Reis da Terra, mostrava-se português em tudo e não se fazia rogado em estender a mão e a Sua palavra fácil e amistosa ao Povo.

El-Rei Dom Manuel II de Portugal num interesse atento entregava constantemente um sorriso mostrando-se sempre o que era, pois já na sua «Doutrina ao Infante D. Luís», o douto humanista Lourenço de Cáceres Lhe recomendava “que se não aparte da afalibilidade nem dê pouca parte de si ao povo, pois que não há erro mais nocivo para quem seja de senhorear ânimos portugueses!”. Ah, Berço abençoado!

Era a comunhão entre Rei e Povo, reprecinada dos primórdios da humanidade que começou por se organizar sob o modelo da Monarquia, o Elo natural que só as revoluções de uma minoria que se apropriou dos meios de força e coacção conseguiu quebrar.

O Rei protegia e amava o Povo e a Nação e todas as suas coisas; aos primeiros amava como um Pai e as suas coisas guardava como se fossem Suas. Lembremo-nos da célebre tirada d’ El-Rei Dom João II: ‘Quero que se entenda que a Bandeira Portuguesa defende e protege até um papagaio!’

Já há milhares de anos, escreveu Aristóteles: ‘A Monarquia é o único sistema de governo onde o bem é exercido para todos.’

Hoje nas Monarquias já não existem propriamente súbditos, mas cidadãos de plenos direitos, iguais perante a Lei e que são muito estimados pelo Seu Rei/ Rainha e que vê essa estima retribuída pelo Povo, que entende ter no Rei o bem mais precioso da Nação.

É, POIS, UM REI QUE QUEREMOS!, pois só um Rei traduz a vontade nacional, sentindo com o Seu Povo e a Sua Nação. O Povo não é uma amálgama de indivíduos, mas um conjunto de entes que num dado momento histórico constitui a Nação, uma comunidade estável constituída por vontade própria, historicamente, com base num território, numa LÍNGUA, e com aspirações materiais e espirituais comuns. Ora se a Nação estiver constituída em Reino, e uma vez que Monarquia é uma instituição que contém um peso emblemático, todos se sentirão

parte de um todo.

O Rei, Chefe Supremo do Estado e da Nação, nunca foi político nem militante partidário, e independente de um calendário eleitoral, terá a tranquilidade e a legitimidade para actuar como moderador entre as várias facções políticas ou demais grupos da sociedade civil evitando conflitos e procurando agregar. Sem os vícios do sistema político, o Rei não será refém de favores ou obrigações, de interesses ou lobbies partidários, económicos ou mesmo desta ou daquela classe social. O Monarca é um capital contributo para o normal e regular funcionamento das instituições democráticas e nunca um bloqueador do seu funcionamento.

El-Rei será, também, em último caso, uma ressalva contra a ditadura, pois será travão de políticos eleitos que procuraram obter poderes maiores aos atribuídos pela Constituição. Como o Rei era a História viva da Nação, não havia crises de identidade nacional.

O Monarca tem como função personificar o carácter nacional e dar continuidade à Nação, um Servidor do Povo e do Estado!

Mas além do papel essencialmente político, o Rei tem outro tão ou mais importante: o de servir o interesse da comunidade, da Grei, isto é, assegurar o bem da coisa comum, actuar em benefício da res publica.

Também, não é Rei para ter acesso a um estilo de vida luxuoso, mas um homem que pelo papel que lhe foi reservado pela sucessão hereditária encarna toda a Nação, que se quer viva, e que por isso nas

cerimónias públicas aparece dignamente como representante da Nação que se deseja o mais ilustre e brilhante possível. Não com um aparato ao serviço de um homem que é Rei, mas o Rei ao serviço do cerimonial da Nação, sem banquetes sardanapalescos mas mantendo a solenidade do Estado quando se justificar!

A república, essa, não surgiu naturalmente, por vontade do Povo, mas nasceu manchada pelo sangue dos inocentes e pela golpada revolucionária, pelo que por defeito de gestação acabará implodindo devorada pelos parasitas que a consomem, que a sugam!

No Reino de Portugal o poder do Rei sempre adveio de um pacto com as Cortes - que no fundo era um Congresso de Chefes. O Rei era assim o primus inter pares entre os barões do reino. Hoje, numa Monarquia Constitucional, esse pacto será firmado com o Parlamento que deverá representar verdadeiramente o Povo português e não apenas os partidos, porque o Rei não tem partido – é inteiro - que Aclamará o Rei que será assim o primeiro magistrado da Nação e o primeiro entre iguais dos portugueses.

## O Rei, Chefe Supremo do Estado e da Nação, nunca foi político nem militante partidário...



# Editorial

## Restauração, independência e liberdade, serão sinónimos da mesma natureza?

É evidente que ao utilizarmos estes três substantivos, poderemos estar a criar uma dissimulada tautologia, mesmo quando nos arriscamos em repeti-la entre “sinónimo” e “mesma natureza”. Mas não. Essa articulação de palavras faz pleno sentido, principalmente quando atravessamos um premeditado colapso que acabam por desarticular, pela prática ou acção, sinónimos da mesma natureza. Aqui, a aparente tautologia é mormente marcada pela distorção semântica das próprias palavras.

Todos nós sabemos o que representou para Portugal – aqui sim, a única palavra que nos identifica como identidade – o 1.º de Dezembro de 1640, tendo em conta o verdadeiro sentido ideológico que vai muito para além do denominado “patriotismo” (tão usado por quem o vilipendia constantemente), se lhe emprestarmos a certeza de um acto de independência e liberdade, assente no esforço de renovação cognitiva, de mentalidade. Só por isso, o 1.º de Dezembro de 1640 foi muito mais que um acto heróico de patriotismo, já que colapso imposto à própria Língua – a que Fernando Pessoa dizia ser a sua (nossa) Pátria – representava a asfixia das próprias independência e liberdade. Ao tempo, e enquanto missão ardente de transformação, salvar a Língua foi salvar Portugal. Restaurar não significava voltar ao passado mas, tão só, como diria D. Duarte, para nós Sua Alteza Real, assegurar a neutralização da chefia do Estado, como forma de “aperfeiçoamento de primeira ordem no que respeita à respectiva estrutura

e ao funcionamento das instituições”.

Hoje vivemos debaixo de uma capa deturpada (e/ou deturpadora) da “República” em Platão, pois tal denominativo está longe de transmitir a verdade aos objectos cognoscíveis e dar ao sujeito que conhece o poder, a ideia do bem, da independência e da liberdade. Indisfarçavelmente, sob a capa de uma constituição (da República) redutora no que toca à opção de regime, a mesma acaba por desvirtuar o conceito de “liberdade natural”, a única que nos dá a possibilidade de se subtrair, pelo menos parcialmente, a uma ordem cósmica predeterminada e invariável que aparece como inelutável. Quando se utilizam torneiras ou redutores, expressão nossa alegoricamente denunciadora de um dos artigos da Constituição, dificilmente se poderá ostentar a bandeira da democracia, da independência e da liberdade.

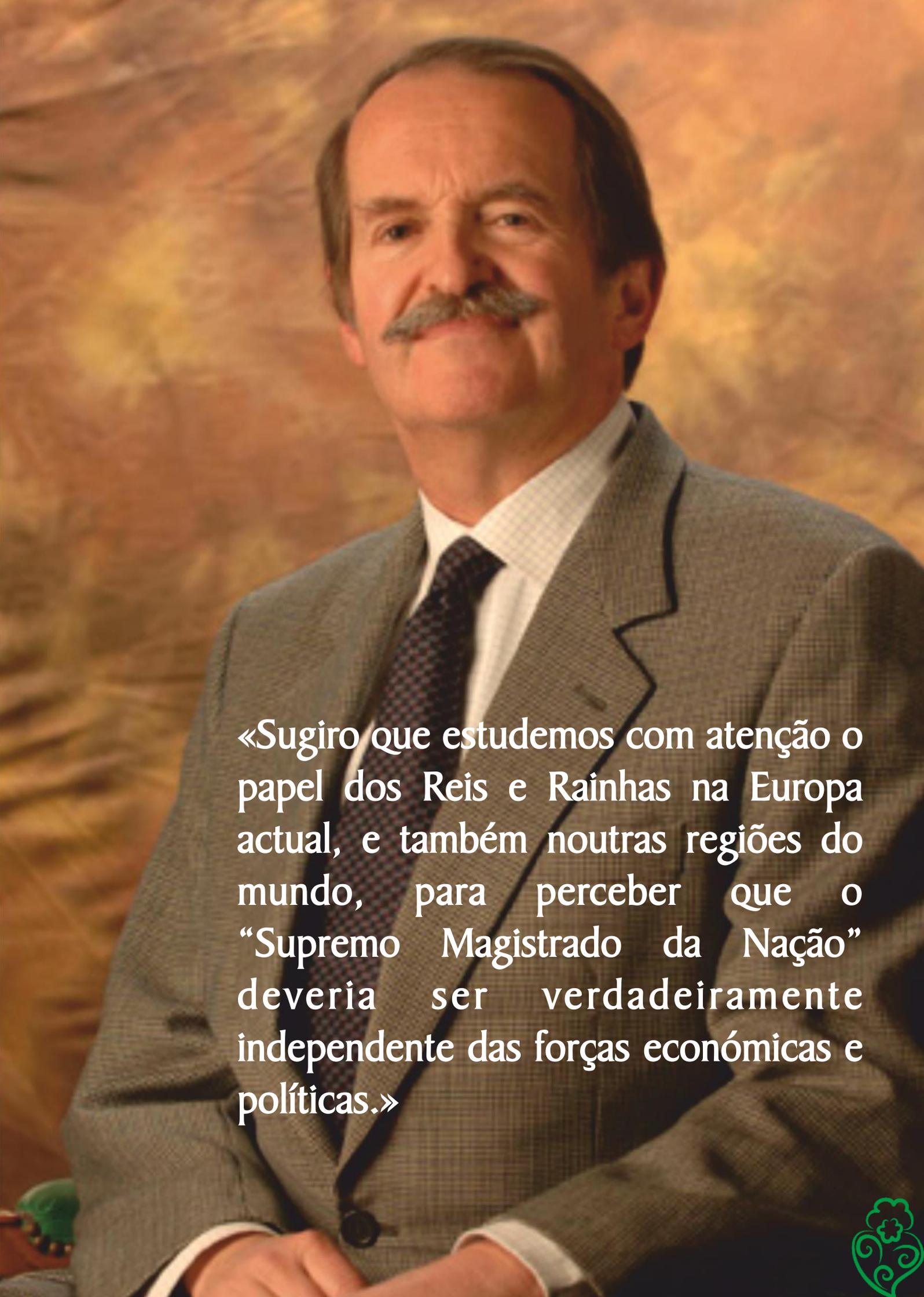
A Restauração, para além do reconhecimento da independência de Portugal, foi, a par de uma reacção nacionalista, uma afirmação de princípios políticos e diplomáticos, bem ao contrário da sangrenta implantação do dito “republicanismo”, que mais não fez do que fazer transparecer a sua natureza tantas vezes vaga – e que no dizer de Joel Serrão –, “pelos desencontrados caminhos que historicamente nele tiveram origem, o fenómeno ideológico” que se esquivava à análise, “na medida em que se nos apresenta, nuclearmente, como uma contraditória aspiração da consciência burguesa, que se diria revoltada contra a sua mesma condição”. Daí, a “Implantação” ser a antítese, pela negativa, da “Restauração”.

Urge restaurar para renovar a “república”, coroando-a.

Porque não?



**Porfírio Pereira da Silva**  
Vogal da Direcção da Real Associação de Viana do  
Castelo



«Sugiro que estudemos com atenção o papel dos Reis e Rainhas na Europa actual, e também noutras regiões do mundo, para perceber que o “Supremo Magistrado da Nação” deveria ser verdadeiramente independente das forças económicas e políticas.»



RGAM. – E é um facto que, desde El-Rei Dom Afonso I Henriques, a Monarquia Portuguesa conheceu quatro Dinastias, todas elas pertencentes à mesma Família Real, conseguindo-se, em qualquer delas, facilmente, traçar essa linha genealógica até ao Rei Fundador. Parece ser caso único no Mundo, certo?

DDB - Na minha opinião, apoiada por vários historiadores estrangeiros só há uma dinastia, porque todos os Reis são da mesma Família. Embora se possa considerar como sendo outras dinastias os Filipes e os descendentes de D. Maria II, que eram filhos do Príncipe D. Fernando Saxe-Coburgo. A dinastia considera-se pela via masculina.

RGAM. – No caso particular de Portugal, e sempre tal aconteceu desde o próprio Dom Afonso Henriques, o Rei é Aclamado e nunca imposto, por isso pode dizer-se que foi a mais democrática de todas as Monarquias, porque o poder do Rei sempre adveio de um pacto com as Cortes. Ou seja, o poder do Rei sempre resultou de um pacto firmado com a Comunidade portuguesa. Ao contrário da Monarquia Portuguesa, o regime republicano não resultou de uma vontade comum nem de uma emanação popular, não é verdade?

DDB - A doutrina tradicional católica defendida por vários Doutores da Igreja é de que o poder dos Reis vem de Deus, mas através do povo. Ou seja, todo o poder - inclusive o dos pais, o de um polícia, de um patrão de um oficial... - vem de Deus. Mas tem que ser exercido segundo as leis que os

homens estabeleceram. Os Príncipes Protestantes, para se libertarem da tutela da Igreja é que inventaram a doutrina de que podiam exercer o poder que lhes advinha directamente de Deus sem passar pela representação do popular. O absolutismo em Portugal existiu sobretudo no reinado de D. José I com o governo do Marquês de Pombal. Já a primeira e a segunda Repúblicas, de facto, foram absolutistas. O regime liberal português seguiu uma democracia muito avançada para a época, certamente mais democrática do que muitos regimes europeus e de que muitas repúblicas no próprio século XX. Hoje praticamente todas as monarquias são democráticas, enquanto que uma grande parte das repúblicas não o são, sobretudo em África e na Ásia e até, recentemente, na América do Sul.

RGAM. – El-Rei Dom Pedro V de Portugal, personificação da virtude de dedicação ao bem da coisa comum, escreveu sobre o papel dos Reis: “devemos também lembrar-nos que existe para eles uma lei moral muito mais severa do que para os outros, porque quanto mais elevada é a posição, tanto maior é a influência do exemplo.” É verdade que nenhum Rei esquece que Reinar é uma função que deve ser desempenhada com sentido de missão? Os Reis sentem que têm deveres enquanto os políticos - a grande maioria - entendem só ser honrados com direitos?

DDB - Todos os Reis sentem profundamente essa missão que lhes foi atribuída pelo povo e também, para os mais religiosos, por Deus. Por isso vários Reis europeus puseram em risco a sua situação para não assinarem uma lei do aborto livre, por considerarem que não tinham de autorizar a morte das



crianças que querem nascer. Há também Presidentes da República que têm um grande sentido de responsabilidade, como o General Ramalho Eanes, que declarou numa entrevista “ter tentado agir como um monarca constitucional”. No entanto, no panorama mundial vemos que os Reis têm mais facilidade em controlar a corrupção política do que aqueles Presidentes, que vieram dos partidos políticos, por mais honestos que sejam pessoalmente.

**RGAM.** – Hoje consolida-se o prestígio dos Monarcas e embora as Monarquias Constitucionais no mundo contemporâneo tenham muito pouco ou nada de executivas e o Monarca ter funções estritamente cerimoniais ou poderes de reserva, parece que a Coroa é a instituição chave das Nações, até porque é uma ressalva capital contra determinações políticas autoritárias e conserva e eleva a democracia suprimindo qualquer tentativa negativa de poder. Talvez por isso afloram ideias de restauração de Monarquias um pouco por toda a Europa. Como vê esse fenómeno?

**DDB** - Estou de acordo com a sua análise.

**RGAM.** – Portugal é um País quase Milenar, recortado a golpes de espada e heroicidade que durante 771 anos foi conhecido e reconhecido como Reino Soberano e Independente. Hoje, quase 106 anos volvidos sobre o golpe do 5 de Outubro, o

**País não tem soberania financeira e muito pouca soberania política. Como vê a integração do País nesta União Europeia nada fraternal?**

**DDB** - Eu considero que a soberania financeira é fundamental para o nosso país, e por isso nunca concordei com a entrada do Euro em Portugal. Já não sei dizer se seria viável nós abandonarmos esta moeda, a não ser que o fizéssemos em conjunto com um grupo de outros Países da UE.

Um dos fundadores da União Europeia, (a que abusivamente os políticos chamam da Europa), foi o Arquiduque Otto de Habsburgo, que defendia que a UE deveria inspirar-se na Confederação Helvética (Suíça), que é o modelo com mais sucesso de união de países com línguas e culturas diferentes que dura até hoje. Na Suíça respeitam-se as diferenças culturais, políticas e administrativas entre os vários cantões. Só as Forças Armadas, a moeda, os correios e mais alguns detalhes é que têm que ser federais. Esta diversidade democrática interna impede a adesão do País à UE, que é muito mais centralizadora do que aquilo que os povos integrantes desejariam. Por isso estou de acordo que este verdadeiro modelo de democracia deveria orientar a UE, em vez de serem os burocratas de Bruxelas a decidirem que tipos de queijos podemos comer.

**RGAM.** – Nunca o régimen republicano despertará uma intensidade de emoções comparável com qualquer assunto relacionado com uma Monarquia. Parece existir um elo que liga os membros das Famílias Reais ao Povo do seu País. Essa ligação é natural e intrínseca, e por isso quase nos impossibilita de explicar como nasce, mas todos verificamos que provoca um interesse atento e permanente a tudo o que são assuntos reais, que o Povo todo se alvoroça com a Presença dos Príncipes e que só porque aparecem dominam a atenção. O Povo sente uma enorme exultação e empatia pelas Famílias Reais, e dedica-Lhes uma alta estima. Será porque, ao contrário dos políticos, o Rei nasce para nós e como tal é património genuíno da nossa identidade?

**DDB** - Sim, é como diz.

**RGAM.** – Deveria haver um maior papel da CPLP no Mundo, nomeadamente a nível político e económico, mesmo porque é uma imensa Comunidade agregadora de Povos verdadeiramente irmãos?

**DDB** - A CPLP já representa uma força política a nível mundial, mas deve reforçar a sua dimensão de cooperação económica e militar. Eu acredito que o seu destino será transformar-se numa união como é hoje a Commonwealth.





**RGAM.** – Quais as principais vantagens de um regime Monárquico em que há uma sucessão hereditária na transmissão da Chefia do Estado face ao modelo republicano de eleição de um presidente?

**DDB** - Sugiro que estudemos com atenção o papel dos Reis e Rainhas na Europa actual, e também noutras regiões do mundo, para perceber que o “Supremo Magistrado da Nação”deveria ser verdadeiramente independente das forças económicas e políticas. O que muito dificilmente acontece numa república.

**RGAM.** – Ao crescimento que a Causa da Monarquia em Portugal tem verificado ultimamente não é alheio o trabalho de divulgação do ideal e das vantagens do régimen monárquico nas redes sociais. Além disso, como pode e deve um Monárquico intervir na discussão para defender a bondade do régimen de Monarquia?

**DDB** - Antes de mais precisa de receber uma informação política prática numa linguagem adaptada a nossa época. Apesar do excelente trabalho realizado na internet por várias pessoas, é também importante a difusão da revista da Causa Real, “Correio Real”, editada pela Real Associação de Lisboa. Nas regiões onde for possível, é também muito importante a participação na imprensa local, como tenho visto no jornal de Santo Tirso.

**RGAM.** – Que fazer para evidenciar que a Monarquia não é apenas uma especulação teórica, muito menos um tipo de regime ultrapassado?

**DDB** - É mostrar claramente o exemplo que dão as monarquias contemporâneas. Mas para isso é preciso perceber como funcionam. Também seria interessante um debate mais doutrinário sobre como melhorar as instituições políticas portuguesas de modo a representarem mais directamente os Povos que é suposto servirem. Na verdade o Povo Português sente-se muito pouco representado pelas nossas actuais Instituições. A prova é o alto nível de abstenção nas eleições. E pior ainda é o baixíssimo nível de participação na militância partidária.

**RGAM.** – Acha que os Reis são hoje os melhores representantes dos seus Povos?

**DDB** - Em todas as monarquias actuais isso acontece. Outro papel do Rei é representar os interesses permanentes da Nação, representando a História e garantindo o nosso futuro colectivo para além dos ciclos político-partidários.

**Muito obrigado, Vossa Alteza Real!**

Entrevista realizada por Miguel Villas-Boas para a Real Gazeta do Alto Minho da Real Associação de Viana do Castelo



# Ainda a propósito da tão propalada Ética Republicana

## A esquerda não tem legitimidade para falar em ética e a direita também não!

Nos últimos anos surgiu como uma bandeira, no discurso político português, a expressão "ética republicana", importada pelos socialistas portugueses do jacobinismo do PS francês e secundada por partidos à esquerda e à direita do Partido Socialista Português.

Não existem duas éticas, uma republicana e outra monárquica. Ética há só uma e não é propriedade de ninguém.

Não raras vezes observamos os defensores do regime republicano saírem à liça com este chavão, sobretudo quando se apercebem que o regime está em crise.

Só um regime moribundo, onde abunda a corrupção, tem tanta preocupação em dar ênfase a esta propalada ética, que deve ser comum a todos os regimes.

Mas afinal o que é a ética?

O vocábulo "ética", deriva do grego *ethos* e, grosso modo, poder-se-á entender como um conjunto de valores morais e princípios que orientam a conduta humana na sociedade, contribuindo para que esta funcione correctamente e relaciona-se com o sentimento de justiça social, embora não se deva confundir com o Direito.

Pessoalmente, sou daqueles que ainda acredita que é possível a coexistência entre ética e a actividade política. Mas na política não é apenas o interesse individual que está em jogo, mas sobretudo os interesses de toda a comunidade, que se manifestam pelas acções dos indivíduos: quando alguém é eleito para um cargo público é porque os eleitores nele depositam plena confiança e esperam que o mandato seja exercido de acordo com um determinado padrão ético e moral, isto é, que o eleito, enquanto representante de quem o elegeram tenha uma conduta ética compatível com o exercício do cargo público para o qual foi escolhido. Porém, situações há, em que aquilo que aparece

como algo imprescindível ao bem comum, oculta, muitas vezes, o interesse pessoal do profissional da política...

Porque será que me recordo de ministros do Estado (ou da *res publica*) que, quando saem do Governo vão ocupar altos cargos em empresas privadas ou no Banco estatal ou de deputados que exercem profissões liberais e estão em part-time no Parlamento?

Estou cansado de ouvir falar de tantos escândalos na política e começo a compreender a apatia e até mesmo a rejeição de muitos cidadãos pelos políticos em geral, consequência direta da forma como a actividade política e a governação são conduzidos pelos nossos governantes.

Tal como eu, os cidadãos estão cada vez mais, dispostos a mobilizar-se pela "moralidade pública". BASTA! BASTA de escândalos de corrupção envolvendo algumas das mais importantes empresas e políticos do país: Operação Furacão, Face Oculta, Freeport, Operação Marquês, Submarinos, caso BES, etc. BASTA de promiscuidade entre os políticos e o poder económico: Maria Luís Albuquerque e Arrow Global; Durão Barroso e Goldman Sachs; Fernando Rocha Andrade, João Vasconcelos e Jorge Costa Oliveira, Secretários de Estado com viagens pagas ao Europeu de Futebol por uma grande empresa privada.

A crise política que Portugal atravessa, leva-nos a reflectir sobre o problema da ética na política. Nenhuma profissão devia ser mais nobre do que a política, pela influência que qualquer político tem sobre a vida dos cidadãos.

Só se justifica a actividade política se o político tiver o espírito da «*res pública*», ou seja, se suas acções se dirigirem para o bem público.



A ética da responsabilidade deveria prevalecer no panorama político português. Todavia constantemente nos deparamos com injustiças e imoralidades, exemplos diários de oportunismo, tráfico de influências, suborno e corrupção.

Infelizmente o único objectivo da classe política portuguesa continua a ser o da sua permanência no poder. E em democracia temos uma forte arma para modificar este estado de coisas - o **voto**.

Está na altura de acabar com a alternância democrática entre os dois maiores partidos políticos portugueses – ou, como antigamente se chamava, a rotatividade (o agora sou eu, depois és tu e a seguir sou eu outra vez...), que ocupam o poder há mais de 30 anos e se esqueceram da verdadeira missão de governar.

Porém, enquanto os portugueses votarem por tradição ou em troca de favores, procurando satisfazer o bem próprio, não teremos grandes avanços... Se os portugueses deixarem de estar reféns do chamado “voto útil” e se não votarem nos partidos que fazem compromissos em várias direcções para alcançar maiorias, ainda que depois tenham que ceder para os parceiros, nas questões fracturantes da sociedade portuguesa (como por exemplo casamento entre pessoas do mesmo sexo, a eutanásia, etc.) ou que escondem as grandes divisões internas até alcançarem o poder, mas votarem naqueles que defendem ideias credíveis, que apresentam projectos sérios que levem a uma evolução nas mentalidades, podemos iniciar o bom caminho.

Voltemos à ética republicana e veja-se afinal o que na realidade, pretendem os seus defensores, como escrevi em 2010 no Jornal “O Povo do Lima”.

*«O coordenador das comissões universitária e autárquica de Coimbra para as comemorações do Centenário da República, Carvalho Homem, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, afirmou ao jornal “Diário de Coimbra” do dia 6 de Outubro de 2010 que os monárquicos devem saber “manifestar-se dentro da legalidade”, e prosseguiu: “Nós republicanos e democratas não queremos que os monárquicos desapareçam. Achamos até muito bem que se manifestem, mas que saibam manifestar-se dentro da legalidade”. Afirmou ainda que a coexistência entre monárquicos e republicanos “poderá continuar a fazer-se” desde que os apoiantes da monarquia “desfraldem as bandeiras nos seus centros monárquicos, mas não invadam espaços públicos republicanos”».*

Lamentáveis as declarações deste prof. catedrático, e que representam o conceito de liberdade para os republicanos: **Os monárquicos só se podem manifestar em centros monárquicos e não em espaços públicos republicanos.** Então quem não for republicano não se pode manifestar em espaços públicos? E mais: **o que são espaços públicos republicanos?** Os espaços públicos não são de todos os portugueses? Defenderá ele que os sportinguistas só podem comemorar as vitórias do seu clube dentro do estádio de Alvalade?

E como podem os republicanos falar de **legalidade**? Pode aquele professor nomear manifestações monárquicas fora da lei? Ao invés, a república, em Portugal, está assente em dois homicídios - de quem era, de acordo com as normas constitucionais, o Chefe de Estado, e do seu filho - e no desrespeito pela lei fundamental – a Constituição – ao tempo em vigor e isto, sim, é que são ilegalidades!

Só os republicanos é que são **democratas**? Então a mais velha democracia do mundo – a Inglaterra – não é uma monarquia?

Para além destas infelizes declarações, Carvalho Homem deixou um aviso: “se os monárquicos forem para o trauliteirismo antigo terão de se medir com os republicanos, porque nós também não voltamos as costas à luta”. Faz lembrar aquela de que “quem se mete com o ... leva”!

Por aqui se vê como a república está em crise. Os seus defensores já recorrem à ameaça e ao insulto.

Afinal para que serviu o 25 de Abril de 1974? É ou não verdade que esta revolução restituiu aos portugueses a democracia parlamentar, a liberdade de expressão e de reunião e o princípio da igualdade que estavam consagrados nas constituições monárquicas e que foram retiradas da constituição republicana de 1933?

A confusão e a necessidade da exaltação da palavra república foi e é tanta que o actual líder do Partido Democrático Republicano, Marinho e Pinto, durante o seu mandato como Bastonário da Ordem dos Advogados, na abertura de um ano judicial, numa passagem do seu discurso ao referir-se ao elevado valor das taxas de justiça, que se pratica em Portugal, afirmou que: «... É altura de pôr um fim a esta situação, tão escandalosa quanto é certo que em Espanha, aqui mesmo ao lado, a justiça é gratuita. A gratuitidade da justiça é hoje uma exigência da cidadania republicana...». Comentários para quê? É mais um exemplo do que é praticado num país monárquico pois Espanha não é uma república! E mantém-se uma monarquia, após referendo...

Torna-se imperioso **incurtir uma nova maneira de estar na política**. E deve ser dada vós aos cidadãos permitindo que não só os partidos políticos mas também os movimentos de cidadania, possam eleger membros para o Parlamento.

Portugal pode mudar se tivermos a coragem de traduzir em acções os nossos princípios, e se possuímos a vontade de ser Portugueses e de ser Livres.

Não posso deixar de citar o brilhantíssimo Eça de Queirós com um pensamento perfeitamente actual: “Portugal está a atravessar a pior crise “Que fazer? Que esperar? Portugal tem atravessado crises igualmente más: - mas nelas nunca nos faltaram nem homens de valor e carácter, nem dinheiro ou crédito. **Hoje crédito não temos, dinheiro também não** - pelo menos o Estado não tem: - e homens não os há, ou **os raros que há são postos na sombra pela política**. De sorte que esta crise me parece a pior - e sem cura.” (Eça de Queirós, in “Correspondência”, 1891, negrito e sublinhado nossos).



# Sabia que...

... todas as constituições portuguesas (três monárquicas e três republicanas) se referem ao **DIREITO DE PROPRIEDADE** estabelecendo que...

- “A propriedade é um direito sagrado e inviolável, que tem qualquer Português, de dispor à sua vontade de todos os seus bens, segundo as leis. Quando por alguma razão de necessidade pública, e urgente, for preciso que ele seja privado deste direito, será primeiramente indemnizado, na forma que as leis estabelecerem” (art. 6º da Const. de 1822);
- “É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o Bem Público, legalmente verificado, exigir o uso e emprego da propriedade do Cidadão, será ele previamente indemnizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única excepção, e dará as regras para se determinar a indemnização” (art. 145º § 21 da Carta Constitucional de 1826);
- “É garantido o direito de propriedade. Contudo, se o bem público, legalmente verificado, exigir o emprego ou danificação de qualquer propriedade, será o proprietário previamente indemnizado. Nos casos de extrema e urgente necessidade, poderá o proprietário ser indemnizado depois da expropriação ou danificação” (art. 23º da Const. de 1838);
- “É garantido o direito de propriedade, salvo as limitações estabelecidas na lei” (art. 25º da Const. de 1911);
- “constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses... o direito de propriedade e a sua transmissão em vida ou por morte, nas condições determinadas pela lei civil” (art. 8º, nº 15º da Const. de 1933);
- “A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição. A requisição e a expropriação por utilidade pública só podem ser efectuadas com base na lei e mediante o pagamento de justa indemnização” (art. 62º da Const. de 1976).



Paula Leite Marinho

## Nota:

A Direcção da Real Associação de Viana do Castelo, com mandato para o triénio 2014-2016, cumprimenta V. Exas, desejando desde já a continuação de um bom ano de 2016.

A Real Associação de Viana do Castelo tem um plano de actividades e orçamento para 2016, aprovado em Assembleia Geral, que inclui diversas iniciativas relacionadas com o 1.º de Dezembro (concursos escolares, etc.) e que se pretende sejam executadas com a participação de todos os associados, simpatizantes e entidades que entendam colaborar, com o intuito de contribuir e ajudar a dinamizar o ideal Monárquico que todos nós abraçamos convictamente.

Atendendo à necessidade imperiosa que temos em angariar recursos financeiros necessários ao normal funcionamento da Real Associação, e tendo em conta que uma das competências da Direcção é a cobrança de quotas, eu, em nome da Direcção e na qualidade de Tesoureiro, venho por este meio solicitar a V. Exas. a regularização da QUOTA DE ASSOCIADO REFERENTE ao ano de 2016, no valor de 20,00 € (vinte euros), preferencialmente por transferência bancária, para:

**Titular da Conta: Real Associação de Viana do Castelo**

**Entidade bancária: Caixa de Crédito Agrícola**

**Agência: Ponte de Lima**

**IBAN: PT 50 0045 1427 40026139242 47**

**Número de conta: 1427 40026139242**

**SWIFT: CCCMPTPL**

Caso seja possível, pede-se o favor de enviarem por e-mail (real.associacao.viana@gmail.com e pedrogiestal@gmail.com) informação da regularização da quota (ex: comprovativo), após o que procederemos de imediato à emissão do recibo de liquidação.

Cordiais cumprimentos e saudações monárquicas,





# Monarquia?

Uma Nação como Portugal, de uma longa história de vitórias e de derrotas, de glórias e horas de sombras, tem visibilidades que a tornam presente hoje, lembrando o passado e projectando o futuro.

Uma Pátria não é só o presente efémero, movediço e, nos tempos que correm, o amoral. Uma Pátria tem valores. Tem símbolos. Tem memória. No presente prepara o futuro. Uma longa cadeia de episódios concatenados uns com os outros chegaram e chegam até nós, nós, os portugueses de hoje, que nem sempre estão atentos ou até nem conhecem esses episódios que nos construíram como Pátria, a terra dos nossos pais.

Portugal tem três grandes símbolos, como qualquer país, que o representam: o Hino, a Bandeira e o Chefe de Estado. São tão importantes estes sinais que quando se pretendeu mudar o regime da Chefatura do Estado, se procurou logo mudar os outros para apagar as visibilidades de Portugal. Mudámos o Hino e a Bandeira quando, por uma revolução de alguns idealistas e a conivência, cobardia e arranjismo de muitíssimos oportunistas, se mudou o modo de Chefia do Estado. A república aboliu rapidamente as outras visibilidades do Estado.

Portugal mudou de “fisionomia”. Hoje, lidamos bem com o Hino e com a Bandeira, talvez muito mais por causa do futebol do que por adesão ao que eles significam na sua origem e conteúdo. Nem sei mesmo se uma larga maioria dos nossos concidadãos sabe a origem e o significado do Hino ou da Bandeira. Não sei, mas tenho muitas dúvidas.

Quanto à Chefia do Estado, as mudanças introduzidas desde 1910 têm sido tantas quer no modo de escolha como na

personalidade e os indivíduos que a tem assumido e têm sido muito diversos, desde os francamente medíocres até aos aceitáveis com grande tolerância, que se pode constatar que todos não foram escolhidos por serem os melhores, os mais bem preparados ou os mais isentos; que nessa escolha os cidadãos eleitores só são chamados a pronunciarem-se no final de um processo de que estão arredados ainda que lhes dê a hipótese teórica de também poderem ser candidatos; que só os que são suportados financeiramente e ideologicamente por forças nem sempre recomendáveis e isentas; que os escolhidos nem sempre recebem o voto convicto e generalizado dos eleitores; que alguns daqueles que teriam interesse em ser candidatos, na esmagadora maioria das situações não podem candidatar-se pois o processo eleitoral é muito caro e nem seria suportado por partidos que só querem colocar na Chefia do Estado alguém da sua confiança ... A república é uma mentira. Convém dizê-lo. Como convém dizer que a Monarquia também não é isenta de defeitos. Pesando, porém, tudo, e com uma boa definição dos processos de sucessão e de aclamação, os defeitos desta podem ser reduzidos. E no final, ter-se-á uma Chefia de Estado isenta. O Rei, em princípio, terá uma mais demorada e melhor preparação para o exercício da Chefia do Estado. E, não se esqueça, que o Rei é sempre a representação da continuidade do Estado enquanto que o presidente, preside a um momento da história do país, como se não houvesse história antes. O Rei permanece para lá das vicissitudes da governação, pois o Rei reina mas não governa e, por isso, acima das querelas inter-partidárias. Monarquia? Sim, apesar de tudo.

Carlos Aguiar Gomes



# Minhofumeiro®



[WWW.MINHOFUMEIRO.PT](http://WWW.MINHOFUMEIRO.PT)



# Reis de Portugal

## D. João I

Nascimento

11 de Abril de 1357, Lisboa

Morte

14 de Agosto de 1433 (76 anos), Lisboa.  
Foi sepultado na Capela do Fundador, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha.

Reinado

6 de Abril de 1385 a 14 de Agosto de 1433

Consorte

Filipa de Lencastre

Dinastia

Avis

Cognome

O de Boa Memória

Filhos

D. Branca (13 de Julho de 1388 – 6 de Março de 1389), morreu jovem;

D. Afonso (31 de Julho de 1390 – 22 de Dezembro de 1400), morreu jovem;

D. Duarte, Rei de Portugal (31 de Outubro de 1391 – 9 de Setembro de 1438) foi poeta e escritor e casou com D. Leonor de Aragão, filha do rei D. Fernando I de Aragão e de D. Leonor Urraca de Castela;

D. Pedro, (9 de Dezembro de 1392 – 20 de Maio de 1449) Duque de Coimbra, foi regente durante a menoridade do seu sobrinho, D. Afonso V, cavaleiro da Ordem da Jarreteira e um dos príncipes mais instruídos



do seu tempo e muito viajado, ficou conhecido como “o Príncipe das Sete Partidas”;

D. Henrique (4 de Março de 1394 – 13 de Novembro de 1460), “o navegador”, 1.º duque de Viseu e 1.º senhor da Covilhã, investiu as suas rendas na investigação relacionada com navegação, náutica e cartografia, tendo sido o precursor da grande epopeia que foram os Descobrimentos;

D. Isabel de Portugal (21 de Fevereiro de 1397 — 17 de Dezembro de 1471) casou com Filipe III, Duque da Borgonha, foi mecenas das artes e gostava de estar rodeada de artistas e poetas, pelo que teve uma corte bastante culta;

D. Branca (11 de Abril de 1398 - 27 de Julho de 1398);

D. João (13 de Janeiro de 1400 – 18 de Outubro de 1442) 3.º Condestável de Portugal, 1.º Senhor de Reguengos, Colares e Belas, casou com a sua sobrinha D. Isabel de Barcelos, filha de D. Afonso, 1.º duque de Bragança;

D. Fernando (29 de Setembro de 1402 – 5 de Junho de 1443) “o Infante Santo”, foi 1.º Senhor de Salvaterra de Magos e de Atouguia da Baleia, desde cedo demonstrou interesse na vida religiosa e foi ordenado 2.º Administrador da Ordem de Avis, tendo participado em 1437 numa expedição militar ao Norte de África, comandada pelo irmão o Infante D. Henrique, acabando por ser capturado em Tânger e ali mantido prisioneiro até à sua morte em Fez no dia 5 de Junho de 1443.

Filhos Naturais

De Inês Pires, filha de Pedro Esteves e Maria Anes Maceiro, teve os seguintes filhos naturais:

D. Afonso I (10 de Agosto de 1377 – 15 de Dezembro de 1461), primeiro duque de Bragança, 8.º conde de Barcelos, 2.º conde de Neiva, que casou com D. Brites ou D. Beatriz Pereira de Alvim condessa de Barcelos e condessa de Arraiolos, única filha do condestável do reino D. Nuno Álvares Pereira e de D. Leonor de Alvim;

D. Branca (1378 - 1379);

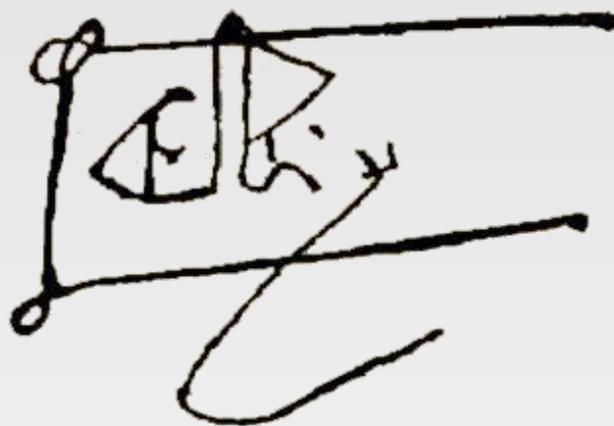
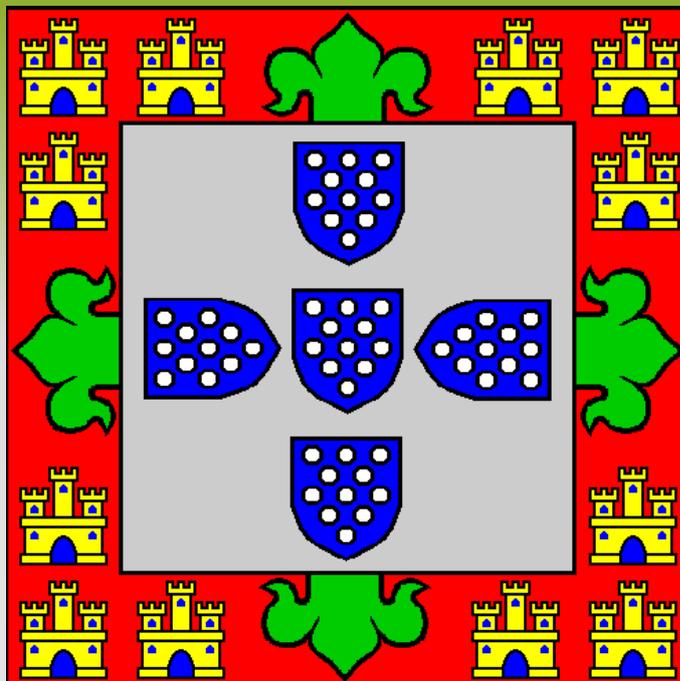
D. Beatriz de Portugal (c. 1386 - 25 de Outubro de 1447), casou com Sir Thomas FitzAlan, 12.º Conde de Arundel e 10.º Conde de Surrey.

Pai

D. Pedro I

Mãe

Teresa Lourenço



D. João I em pessoa

«affabel, magnanimo, favorecedor dos pobres, e grande venerador do culto Divino. De corpo meao enxuto, e mui bem acomplecionado. Teve o rosto comprido, mais magro, que gordo, a testa pequena, o cabelo preto, e não muito basto, trouxe-o sempre comprido, e mui concertado, os olhos teve pretos pequenos, e de muita viveza» (Brito, p. 64). «Sua converçassão era de bramdos e homrrosos costumes e prazivens mamdados de comprir, husamdo sempre de mesuradas palavras e cortezes e nenhuma torpeza nem vilaõ ffalar nunca foy ouvido de sua boca. Não hera sanhudo nem cruel!, mas rança e bynivamente castigava [...] Foi de grande emtemdimento e muy nobre por costumes» (Lopes, II, pp. 2-3).



# MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO

Falar de Mário de Sá-Carneiro é enaltecer um jovem que viveu a paixão pela poesia e pela literatura, em suma, pela arte. Esqueceu-se de si e prolongou-se num mundo cosmopolita que o deglutiou, sem o reconhecer como homem, ser frágil e carente. Quem era Mário de Sá-Carneiro? Pergunta fútil e resposta verbal indizível.

Estátua Falsa

Só de ouro falso os meus olhos se douram;

Sou esfinge sem mistério no poente.

A tristeza das coisas que não foram

Na minha'alma desceu veladamente.

Dispersão, Paris, 5 de Maio de 1913 (texto c/ supressões)

Mário de Sá-Carneiro, modernista, ainda que influenciado por outras correntes, nasceu em 1890, em Lisboa, no seio de uma família abastada. Sua mãe, Águeda Maria Peres de Sá Carneiro, morreu bastante jovem, precisamente dois anos após o nascimento do filho. O pai, Carlos Augusto de Sá-Carneiro, pungido pela dor, acabou por deixar o jovem aos cuidados dos avós para poder viajar.

Desde cedo, Mário de Sá-Carneiro teve contacto com as letras e, quando jovem estudante no Liceu do Carmo, começou a escrever poesia. Por outro lado, o seu pai, abre-lhe novos horizontes, pois leva-o consigo para uma Europa diferente de um Portugal fechado em si mesmo, austentando o que já não é, mas vivendo à custa do que pretendia ser.

No seu período como estudante liceal é redator de O Chinó – jornal académico, de vertente humorística, fazendo uso da crítica para satirizar alguns docentes. Contudo, com uma vertente mais séria, posteriormente, traduz escritores significativos (e.g. Heine, Goethe) e encena peças de teatro traduzidas. O suicídio de um amigo, Tomás Cabreira Júnior, afeta-o profundamente, pois tinha produzido com ele uma peça de teatro que publica após a sua morte.

Por volta de 1911, Mário de Sá-Carneiro organiza uma conferência onde questiona e polemiza a situação da poesia em Portugal, partindo em 1912 para Lisboa. Conhece, então, Fernando Pessoa de quem se torna amigo íntimo. Estuda em Coimbra, mas abomina o ambiente e parte para a Sorbonne, mas os estudos são ultrapassados pelo deslumbre da via parisiense e pela escrita que lhe palpita nas veias numa fé revolucionária. Publica textos na Revista A Águia, fundada no Porto e, com Ponce de Leão, partilha a peça a Alma.

Contudo, Mário de Sá-Carneiro não está sozinho: fazem parte do seu séquito, por exemplo, Cesário Verde, Luís de



A handwritten signature of Mário de Sá-Carneiro in black ink. The signature is written in a cursive, flowing style and is underlined with a single horizontal stroke.

Montalvor, Armando Cortês-Rodrigues, Alfredo Guisado, Antero de Quental, António Nobre, Fernando Pessoa, nomes incontornáveis daquela que apelidamos Geração de Orpheu: jamais a literatura, a poesia, a arte foi a mesma, pois havia que alterar paradigmas pré-estabelecidos de uma sociedade burguesa, sobretudo urbana.

Com a guerra de 1914, Mário de Sá-Carneiro sai da Península e torna-se novamente ser cosmopolita num mundo que, para ele, quase era já global. Mário de Sá-Carneiro continua a escrever Obras poéticas: Dispersão (1914), Indícios de Oiro (1937); obras de ficção: A Confissão de Lúcio (1914) e Céu em Fogo (1915), mas a sua capacidade financeira diminui (seu pai casa-se segunda vez) e a sua integridade emocional desmorona-se, suicidando-se em 26 de abril de 1916. A revista Orpheu não chega mesmo ao terceiro número.



Que convicções tinha este homem, que enraizamentos pulsavam nas suas veias?

Se por um lado, sentimos o ensejo de ler e reler a literatura deixada por este ser que é um outro, talvez apeteça dizer como Fernando Pessoa - "O que disse foi o que viveu" – e haverá algo de mais sublime em tão curta vida? Não é apenas o "planar" sobre o irrisório e o fenomenal assimétrico social - é estar no mais alto pedestal e perder conscientemente o self, porque se pretende, esse mesmo pedestal e lutar por causas, à partida, sem sentido. Só um visionário tem essa capacidade: (ante)ver o seu próprio futurismo, cubismo, decadentismo, realismo ou realza.

#### Crise Lamentável

Gostava tanto de mexer na vida,  
De ser quem sou – mas de poder tocar-lhe...  
E não há forma: cada vez mais perdida  
Mais a destreza de saber pegar-lhe."  
Poemas dispersos, Paris, janeiro (texto c/ supressões)

Em Manucure talvez se vislumbre uma certa tendência de eu que mais uma vez se torna num outro, lembrando Álvaro de Campos, esgotando-se a dissecar a própria escrita:

"Eh-lá! grosso normando das manchettes em sensação!  
Itálico afilado das crónicas diárias!  
Corpo -12 romano, instalado, burguês e confortável!  
Góticos, cursivos, rondas, inglesas, capitais!  
[...]  
Os asteriscos – e as aspas... e os acentos  
Eh-lá! Eh-lá! Eh-lá!...

Também em Manucure deixa marcas de algo que o absorve e preocupa e com o qual se identifica, sentindo que há apenas um reduto que compreende o que se passa à sua volta, num sentimento idiossincrático:

- Ó mágica teatral da atmosfera,  
- ó mágica contemporânea – pois só nós,  
Os de Hoje, te dobramos e fremimos  
[...]

Como tudo é diferente  
Irrealizado a gás:  
De livres pensadoras, as mesas fluidicas,  
Diluídas  
São já como eu católicas, e são como eu monárquicas!...



Mário de Sá-Carneiro terá antecedentes familiares católicos e monárquicos, naturalmente, sem que tal fosse algo pejorativo ou condenável, mas o que mais sobressai em toda a sua obra é uma luta incessante consigo próprio, num mundo em que ele vive, mas no qual apenas se sente hóspede.

Não se sentindo amado pelos outros nem por si próprio, numa procura constante de um eu que, tal como Ícaro buscava o Sol com asas de cera, avançou para um Elysium na esperança do encontro com o belo em toda a sua plenitude. Legou-nos a sua força escrita e a beleza da crença de acreditar numa Causa.

Antologia Poética de

# Mário de Sá Carneiro

Organização, prefácio e cronologia biográfica de Fernando Pinto do Amaral

Edição comemorativa  
120 anos  
1890-1916



<sup>1</sup> - Carneiro, Mário de Sá - (2010) Antologia Poética de Mário de Sá-Carneiro. Organização, Prefácio, Cronologia Biográfica de Fernando Pinto do Amaral. Rev. de João Vidigal Lisboa: Publicações D. Quixote





**CAUSA REAL**  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

## XXII Congresso da Causa Real

### Convocatória

Nos termos estatutariamente previstos venho convocar o XXII Congresso da Causa Real, a realizar, em Assembleia ordinária, no próximo dia 15 de Outubro a partir das 9h30, na Sala de Exposições do Museu de Aveiro, sito na Avenida Santa Joana em Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano de 2015;
2. Ponto de situação actual do Movimento. Execução da Moção de Estratégia aprovada;
3. Eleição de um membro da Comissão Executiva da Direcção com nova reconfiguração dos cargos de Secretário-Geral e Tesoureiro da Direcção;
4. Debate Público – “Modelos e Regimes Constitucionais nos 40 Anos da Constituição Portuguesa”;
5. Sessão de Conclusões e Encerramento.

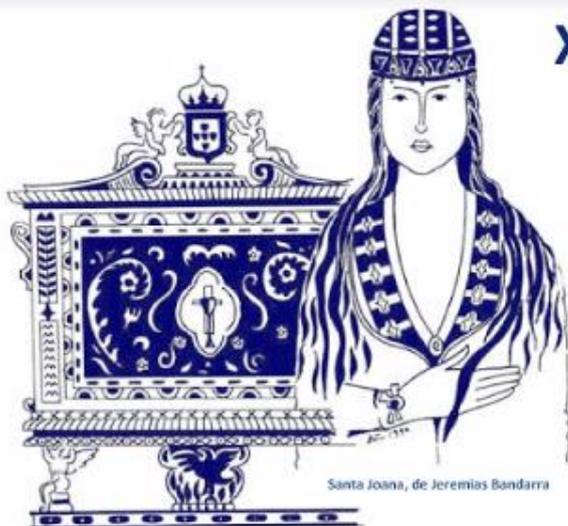
Nos termos determinados pelos Estatutos, se à hora marcada para início do Congresso não se encontrarem presentes metade dos associados, a Assembleia reunirá meia hora depois com os associados que estiverem presentes.

Lisboa, 15 de Setembro de 2016

Pedro Quartin Graça

(Presidente)

Praça Luís de Camões, 46 – 2º Dto. – 1200-243 Lisboa



## XXII CONGRESSO DA CAUSA REAL

Sábado, 15 de Outubro de 2016

MUSEU DE AVEIRO (SANTA JOANA)

*Parte da Manhã*

Sessão reservada aos congressistas

**15H00**

**Debate Público**

“Modelos e Regimes Constitucionais nos  
40 Anos da Constituição Portuguesa”

**18H00**

Encerramento do Congresso e Cerimónia Solene  
na Igreja junto ao túmulo de Santa Joana Princesa de Portugal

**20H00**

Jantar Comemorativo do XXII Congresso  
com a presença de Sua Alteza Real O Duque de Bragança



**REAL ASSOCIAÇÃO  
DA BEIRA LITORAL**  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

*Informações e inscrições*

[www.realbeiralitoral.blogspot.pt](http://www.realbeiralitoral.blogspot.pt) \* [realbeiralitoral@gmail.com](mailto:realbeiralitoral@gmail.com) \* tel. 932467387

Depois do Encerramento do Congresso será promovida uma visita ao Museu, seguida de um momento cultural e, às 20h30 um Jantar Comemorativo do XXII Congresso, com a presença de SS AA RR os Duques de Bragança. O Jantar realiza-se na belíssima Sala de Exposições do Museu.

### **Participação e Custos**

A participação no Congresso que inclui o almoço no Hotel Imperial tem um custo individual de 30 euros. Os termos de participação das Reais Associações são as estabelecidas nos Estatuto e Regulamento Eleitoral.

Cada Real Associação deve fazer previamente o pagamento dos seus delegados ao Congresso para o IBAN - PT50 0045 3222 4016 8657 4473 6 (Eng.º Fábio Reis Fernandes);

### **Hotel Oficial**

O Hotel Oficial é o Hotel Imperial. Os custos negociados com a Organização são de 40€ por noite em quarto single e de 60€ por noite em quarto duplo. As reservas devem ser feitas directamente para o Hotel referindo a participação no XXII Congresso da Causa Real.

### **Jantar Comemorativo**

O Jantar comemorativo que terá diversos conteúdos culturais e a presença de Sua Alteza Real o Duque de Bragança tem um custo unitário de 35 euros. Muito agradecemos a antecipada inscrição no jantar que deve ser feita para a Comissão Organizadora do Congresso a Cargo da Real Associação da Beira Litoral (realbeiralitoral@gmail.pt; Rua Jorge Colaço, 63, 3880-297 Ovar)

### **Observadores e Acompanhantes**

Os Observadores podem assistir nos termos regulamentares ao Congresso em toda a parte da manhã. Dado que na parte da tarde a sessão é pública o nº de Observadores apenas tem como limite a capacidade da sala.

Para os acompanhantes que não sejam observadores está a ser preparado um Programa paralelo. Pedimos a todas as Reais Associações que com a maior antecedência possível nos dêem nota do número de delegados, observadores e acompanhantes que estarão presentes.



## **DEBATE PÚBLICO**

**ENTRADA LIVRE E GRATUITA**

**Sábado, 15 de Outubro de 2016 às 15 Horas**

**MUSEU DE AVEIRO (SANTA JOANA)**

## **“Modelos e Regimes Constitucionais nos 40 Anos da Constituição Portuguesa”**

***Presença de Sua Alteza Real O Duque de Bragança***

***Conferencistas***

**Prof.º Doutor João Pacheco de Amorim**

Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

**Dr.ª Paula Leite Marinho**

Advogada e Canonista

**Eng.º José Ribau Esteves**

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

***Moderador***

**Dr. António de Souza-Cardoso**

Presidente da Causa Real

***Informações***

**www.realbeiralitoral.blogspot.pt \* realbeiralitoral@gmail.com \* tel. 932467387**

# Jantar dos Conjurados - 2016

No dia 30 de Novembro realizar-se-à em Viana do Castelo o tradicional "Jantar dos Conjurados", organizado pelas Reais Associações de Viana do Castelo e Braga e que conta com a colaboração da Real Associação do Porto.

Foi convidado para proferir uma Conferência o Senhor Coronel "Comando" e historiador militar José Henriques intitulada "A

ocupação filipina e a Revolução do 1.º de Dezembro de 1640".

Oportunamente serão fornecidas mais informações, no entanto pedimos o favor para desde já reservarem esta data.

## Sobre o palestrante

O senhor Coronel Américo José Guimarães Fernandes Henriques, nasceu em Lisboa, em 25 de Maio de 1946. Concluiu o curso da Academia Militar em 1970 e foi promovido a Alferes para a Arma de Infantaria.

Tem o curso de Instrutor de Educação Física Militar, o curso avançado da Escola da Infantaria do Exército dos Estados Unidos, o curso de Estado-Maior em Portugal e no Reino Unido.

Foi Instrutor na Escola Prática de Infantaria no Centro de Instrução de Sargentos Milicianos em Tavira, na Academia Militar, no Centro Militar de Educação Física e Desportos e foi professor de História Militar e Estratégia no Instituto de Altos Estudos Militares. Foi ainda professor convidado na Universidade dos Açores.

Foi Comandante de Companhia no Regimento de Infantaria de Tomar, Comandante de Batalhão na Escola Prática de Infantaria, Adido Militar junto da Embaixada de Portugal em Washington, Chefe do Serviço de Informações para a Área do Médio Oriente no Quartel General da NATO em Bruxelas, Chefe de Estado-Maior do Comando Operacional dos Açores e Chefe de Gabinete do Governador Militar de Lisboa.

Tem proferido várias conferências de História Militar em Portugal, Espanha, França, Bélgica e Estados Unidos da América. É autor e apresentador da obra "Reis de Portugal" apresentada em DVD pelo Círculo de Leitores. Cumpru uma Comissão de Serviço na Região Militar de Moçambique no Batalhão de Comandos de Moçambique em 1972-73.



# 2ª Mostra 100% Alto Minho

02 a 04 de Dezembro 2016 | Centro Cultural do Alto Minho, Viana do Castelo

A CEVAL – Confederação Empresarial do Alto Minho, organiza de 02 a 04 de Dezembro de 2016 a 2ª Mostra 100% Alto Minho. Sua Alteza Real o Senhor D. Duarte Pio é o 1.º Embaixador da marca 100% Alto Minho.

Este certame conta com mais de 50 produtores do Alto Minho num grande evento de contacto, reforço, partilha e promoção do melhor que o Alto Minho possui, quer em termos de produtos, quer em termos de empresas e entidades envolvidas (promoção dos recursos e potencialidades endógenas).

Iniciativa agregadora que visa constituir-se como uma plataforma de negócio e promoção do Alto Minho, criando uma dinâmica de crescimento da sua economia, aumentando a sua competitividade e reforçando a base económica regional de bens e serviços transacionáveis.

De realçar que esta iniciativa surge na sequência do enorme

sucesso que constituiu a 1ª Mostra 100% Alto Minho que ocorreu entre os dias 29 e 31 de Maio de 2015 e que contou com mais de 1600 participantes, 3 Seminários de Promoção e valorização dos produtos Regionais, 1 Workshop de Promoção e valorização dos produtos Regionais, 10 Showcookings, e a presença de mais de uma centena de entidades na Mostra.



## ***Eça de Queiroz***

*in Novos Factores da Política Portuguesa, Revista de Portugal, Abril 1890.*

«(...) O Partido Republicano em Portugal nunca apresentou um programa, nem verdadeiramente tem um programa. Mais ainda, nem o pode ter: porque todas as reformas que, como Partido Republicano, lhe cumpriria reclamar já foram realizadas pelo liberalismo monárquico”.



**REAL ASSOCIAÇÃO  
DEVIANA DO CASTELO**  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.





# O Chefe da Casa Real e o Protocolo do Estado

No mundo ocidental, os Reis, muito mais do que detentores de poderes concretos decorrentes das suas funções de chefia dos Estados, constituem hoje sobretudo símbolos da unidade das nações e elementos de identificação colectiva.

Apesar de no regime republicano vigente em Portugal o chefe da Casa Real não deter nenhuma função oficial nem qualquer poder efetivo na organização cívica da nossa sociedade, a verdade é que S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, é frequentemente convidado para participar em cerimónias importantes e para representar Portugal, até internacionalmente.

Perguntar-se-á com pertinência: Em que qualidade e com que legitimidade?

Responder-se-á que a maioria dos portugueses, mesmo não lhe atribuindo funções de soberania na atividade do Estado, reconhece tacitamente o Chefe da sua Casa Real como símbolo vivo dum passado colectivo e imagem da perenidade e continuidade da Nação.

Também as comunidades portuguesas emigradas, os dirigentes de muitos países, nomeadamente os lusófonos, assim como todas as famílias reais reinantes identificam o Duque de Bragança como legítimo sucessor dos Reis de Portugal e como embaixador da cultura e das tradições do povo português.

A comunidade nacional, independentemente da questão do regime institucional vigente, deveria reconhecer numa forma oficial a mais-valia que a Família Real constitui, dentro e fora das fronteiras.

É por isso mais do que tempo de formalizar o prestígio e a legitimidade do Senhor Dom Duarte, passando a incluir o Chefe da Casa de Bragança na lista das entidades reconhecidas oficialmente no Protocolo do Estado como merecedoras de tratamento protocolar diferenciado.

Na sua Secção II, a actual “Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português” define a posição

protocolar de todas as entidades públicas, começando pelo Presidente da República. A hierarquia a prever para o Chefe da Casa de Bragança não deverá constar desta secção, já que não é uma entidade pública.

Em contrapartida, a Secção VI da Lei define qual a hierarquia reservada para as entidades não públicas: Autoridades estrangeiras e internacionais ou da União Europeia, altas entidades diplomáticas, autoridades religiosas e universitárias, assim como outras da sociedade civil.

É nesta Secção VI que se pretende acrescentar um novo artigo, estipulando que o Chefe da Casa de Bragança, quando convidado para cerimónias oficiais, deva ser tratado como convidado especial da entidade que tiver, por virtude da mais alta precedência protocolar, a presidência.

A maturidade do regime republicano deveria permitir esta formalização do relacionamento já existente, consagrando a prática vigente, que é a de sempre atribuir em cerimónias oficiais um lugar de relevo ao Duque de Bragança, mesmo em solenidades presididas por Presidentes da República!

Passará assim a saber-se inequivocamente em que qualidade e com que legitimidade os convites lhe são dirigidos e qual o tratamento protocolar oficial a conferir nos nossos dias ao legítimo sucessor dos Reis de Portugal.

E, quando decida aceitar os convites, o Rei dos Portugueses estará a cumprir a sua promessa de servir o seu País. Mesmo não sendo ainda Rei de Portugal<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> - Da 1ª Mensagem de S.A.R. Dom Duarte, em Março de 1977: “A Instituição Real explica-se por uma dívida total ao País, para além da existência ou inexistência do Trono.”

## Ficha Técnica

**TÍTULO:**  
Real Gazeta do Alto Minho

**PROPRIEDADE:**  
Real Associação de Viana do Castelo

**PERIODICIDADE:**  
Trimestral

**DIRECTOR:**  
José Aníbal Marinho Gomes

**REDACTOR:**  
Porfírio Silva

**WEB:**  
[www.realvcastelo.pt](http://www.realvcastelo.pt)

**E-MAIL:**  
[real.associacao.viana@gmail.com](mailto:real.associacao.viana@gmail.com)



**REAL ASSOCIAÇÃO  
DE VIANA DO CASTELO**  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

**REAL ASSOCIAÇÃO DE  
VIANA DO CASTELO**  
Casa de Santiago  
Barrosa – Arcozelo  
4990-253 PONTE DE LIMA  
(morada para correspondência)



**REAL ASSOCIAÇÃO  
DE VIANA DO CASTELO**  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.